



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2019
PREÂMBULO

Órgão licitante/gerenciador	Prefeitura Municipal de Corumbáiba-GO
Processo Administrativo	786/2019
Modalidade	Pregão Presencial
Tipo de licitação	Menor preço por item
Objeto	Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção declarados fracassados no Pregão Presencial nº48/2019, destinados à manutenção dos diversos setores da Prefeitura Municipal, pelo período de 12 (doze) meses.
Forma de execução	Parcelada, de acordo com as ordens de fornecimento
Forma e prazo de entrega	Entrega em até 24 horas, a partir do recebimento da ordem de fornecimento, no local indicado pelo gestor
Forma de pagamento	Em até 30 (trinta) dias, contados a partir da emissão e entrega da nota fiscal
Fundamento jurídico	Lei nº 10.520/2002, Lei nº. 8.666/1993 e Lei Complementar nº 123/2006, com alterações dadas pela Lei Complementar 147/2014
Fone	(64) 3447-7000
Site	www.corumbaiba.go.gov.br
E-mail	licitacaopmcorumbaiba@hotmail.com
Pregoeira	Larah Beatriz Leão Calaça
Da sessão para o recebimento dos documentos e abertura das propostas	
Local	Sede do Poder Executivo Municipal, situada à Rua Simon Bolívar, nº 58, Centro, Corumbáiba-GO.
Data	20 (vinte) de dezembro de 2019
Hora	07hs00min, com 15 minutos de tolerância



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

I - DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o **registro de preços** para futura e eventual aquisição de materiais de construção declarados fracassados no Pregão Presencial nº48/2019, destinados à manutenção dos diversos setores da Prefeitura Municipal, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantitativo constantes no Termo de Referência, anexo I deste Edital.

II – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DE SUA VIGÊNCIA

2.1. Da licitação será lavrada Ata de Registro de Preços **com vigência de 12 (doze) meses**, contados da data da assinatura, conforme condições estabelecidas na minuta constante no anexo II;

2.2. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante registrada se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeita, inclusive, às penalidades legais pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas;

2.3. A existência de preços registrados não obriga o órgão licitante a firmar as contratações que deles poderão advir ficando-lhes facultada a realização de licitações para aquisição de um ou mais itens, nem mesmo nas quantidades estimadas, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do §4º, do artigo 15, da Lei nº 8.666/1993;

2.4. O órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados;

2.5. Caso seja constatado que o preço registrado na ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-los aos níveis definidos no subitem anterior;

2.6. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

2.7. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que trata nos subitens anteriores, o gerenciador procederá à revogação da ata, promovendo a compra por outros meios licitatórios;

2.8. Como condição para assinar a ata, a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação.

III – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO

3.1. As licitantes adjudicatárias **terão o prazo de 2 (dois) dias úteis**, contados a partir da convocação, para assinar a competente Ata de Registro de Preços e o contrato, se for o caso;

3.1.1. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, e aceito pelo órgão licitante;

3.2. As condições da eventual contratação constam na anexa minuta da ata de registro de preços;

3.3. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a ata ou o contrato dentro do prazo estabelecido sujeitará à aplicação da penalidade de suspensão temporária para participar de licitação pelo prazo de 12 (doze) meses, sem prejuízo de aplicação de multa de 10% (dez por cento) do valor adjudicado;

3.4. Na hipótese de não atendimento à convocação, para assinatura da Ata de Registro de Preços ou havendo recusa em fazê-lo, fica facultado à Administração, desde que haja conveniência, proceder ao chamamento das demais licitantes, observada a ordem de classificação das propostas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

3.5. A ata ou o contrato poderá ser assinado por Procurador devidamente munido do respectivo mandado público ou particular com firma reconhecida.

IV - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

4.1. Pelo descumprimento total ou parcial das condições estabelecidas neste edital, o órgão licitante poderá aplicar à Contratada as penalidades previstas neste edital, além da responsabilização civil e penal cabíveis, sem prejuízo do disposto no art. 49, da Lei Federal nº 8.666/1993.

V - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste certame as empresas do ramo pertinente ao seu objeto, legalmente constituídas e que satisfaçam as condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

5.2. A participação na licitação implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste edital e seus anexos e leis aplicáveis;

5.3. **É exclusiva a participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, exceto se não for atingido o mínimo de participação, que são 03 (três) empresas;

5.4. **Nos itens superiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) poderão participar todas as empresas, ficando desde já estabelecida uma cota de 25% (vinte e cinco por cento) do referido item, sendo este divisível, para a contratação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte;**

5.5. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que o órgão licitante não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

5.6. **Os documentos exigidos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou poderão ser autenticados pela Pregoeira ou por qualquer membro da Equipe de Apoio, mediante apresentação do original, ou publicação em órgão da imprensa oficial;**

5.7. Só terão direito de usar a palavra, rubricar as documentações, propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar as atas, as licitantes credenciadas bem como os membros da equipe de apoio;

5.8. É vedada a participação de empresas ou entes que, pelos documentos de sua constituição, não provarem que se destinam às atividades previstas neste edital ou a elas se dediquem esporadicamente;

5.9. Não poderão participar os interessados que se encontrarem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, ou ainda impedidos por força do art. 9º da Lei 8.666/1993, empresas estrangeiras que não funcionem no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal;

5.10. A observância da vedação constante do item anterior e as demais declarações que prestar serão de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis;

5.11. É vedada a participação de empresas cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma empresa licitante;

5.12. Não poderão participar direta ou indiretamente da licitação, servidor dirigente do órgão licitante, bem como as empresas cujos sócios, administradores, empregados e controladores sejam servidores do mesmo;

5.13. É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

5.14. É vedada a participação de empresa que tenha rescindido contrato de fornecimento, por inadimplemento contratual, ainda que consensualmente, com qualquer órgão do Poder Executivo Municipal de Corumbáiba-GO até 1 (um) ano antes deste certame;

5.15. Para os itens cujo valor global seja inferior a R\$ 80.000,00, não poderão participar as empresas que não se enquadrem como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme prevê a Lei 123/2006 e suas alterações, **exceto se não for atingido o mínimo de participação, que são 03 empresas, o que permitirá automaticamente a participação de qualquer empresa interessada.**

VI – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

6.1. No dia, horário e local designados para o recebimento dos envelopes, a licitante deverá credenciar um representante, sendo recomendável sua presença com 15 (quinze) minutos de antecedência em relação ao horário previsto para a abertura da sessão;

6.2. Por credenciamento, entende-se a apresentação conjunta dos seguintes documentos:

6.2.1. Carta de Credenciamento e Declaração que cumpre os requisitos de habilitação conforme modelo constante do anexo IV;

6.2.2. Cópia autenticada do documento de identidade do representante legal da empresa presente na sessão;

6.2.3. Cópia autenticada do ato constitutivo e sua última alteração, se for o caso;

6.2.4. Se a licitante estiver representada por Procurador, este deverá estar munido de procuração pública ou particular (original ou autenticada), com firma reconhecida do outorgante em Cartório, na qual constem poderes específicos e expressos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame;

6.2.4.1. O instrumento de procuração não substitui a Carta de Credenciamento da mesma forma que a Carta de Credenciamento não substitui o instrumento de procuração.

6.2.5. As **Microempresas** ou **Empresas de Pequeno Porte** ou os **Microempreendedores Individuais** que **visem o exercício da preferência** previsto na Lei Complementar nº 123/2006 deverão apresentar Certidão Simplificada da Junta Comercial comprobatória de seu enquadramento como ME ou EPP (artigo 8º da IN-DNRC nº 103/2007), lembrando que será vistoriado o prazo de validade e o selo de autenticidade, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação dos documentos ou Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI; e Nota de Esclarecimento ao Contribuinte emitido pelo site da Secretaria da Fazenda do respectivo Estado da sede da licitante, informando o regime de apuração com emissão de até 30 (trinta) dias antes da sessão;

6.2.5.1. A não entrega do documento solicitado no subitem 6.2.5. para as **Microempresas, Empresas de Pequeno Porte** ou os **Microempreendedores Individuais** implicará na renúncia do direito da mesma em usufruir o regime diferenciado garantido pela Lei Complementar Nº 123/2006;

6.2.5.2. A falsidade da declaração prestada objetivando os benefícios da LC 123/06 caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste edital; podendo, inclusive, a equipe de apoio fazer diligências para constatar referida situação;

6.3. Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciada;

6.4. A ausência da licitante credenciada em qualquer momento da sessão sem a anuência expressa do Pregoeira ou da Equipe de Apoio considerar-se-á que tenha renunciado ao direito de oferecer lances e recorrer dos atos da Pregoeira;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

6.5. A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada fora dos envelopes de habilitação e proposta;

6.6. A ausência de apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento impedirá a intervenção da licitante no presente certame, especialmente quanto à oferta de lances verbais e a interposição de recurso; porém a proposta da licitante será considerada no certame, sendo que no caso de não apresentação do ato constitutivo, a licitante deverá incluir o documento no envelope de documentação. Caso não apresente o ato constitutivo perderá o direito de participar do certame;

6.7. Declarado encerrado o procedimento de credenciamento, não mais será admitida a participação de outras proponentes;

6.8. A empresa que não credenciar representante poderá participar do certame, enviando o envelope contendo a referida documentação via Correios ou outro agente similar, que deverá ser entregue/protocolado no Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Corumbáiba – GO e dirigido à Pregoeira do respectivo Departamento de Licitação e, nesse caso, não terá direito de participar da fase de lances verbais e não terá direito de opor recurso;

6.9. No caso do item anterior, a empresa deverá enviar declaração que cumpre os requisitos de habilitação.

VII - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

7.1. A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 2 (dois) envelopes fechados com cola e indevassáveis, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

Envelope 01 – PROPOSTA
Órgão licitante:
Pregão Presencial nº.
Razão social

Envelope 02 – DOCUMENTOS
Órgão licitante:
Pregão Presencial nº.
Razão social

7.2. A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo Procurador.

VIII - DA PROPOSTA

8.1. A proposta de preço deverá ser apresentada em **forma digital e escrita**, devendo ser preenchida com os seguintes elementos:

8.1.1. Razão social, endereço completo e CNPJ;

8.1.2. Modalidade da licitação e número deste pregão;

8.1.3. Preço unitário e total dos itens, em moeda corrente, grafado em número, nele inclusos todos os impostos, taxas, seguros, transporte, frete e quaisquer outras despesas inerentes ao certame;

8.1.4. Descrição de forma clara e sucinta do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações constantes no termo de referência, contendo as especificações dos itens/produtos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

8.1.5. A empresa participante que desejar apresentar marca diferente da sugerida nos itens com marca/referência constantes no Termo de Referência (Anexo I) deverá demonstrar, por meio de laudo expedido por laboratório ou instituto idôneo, que o desempenho, qualidade e produtividade do produto ofertado é similar, equivalente ou superior à marca referência/sugerida (TCU, Acórdão 2.300/07 – Plenário), sob pena de desclassificação da proposta;

8.1.6. Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados do dia da sessão pública;

8.2. Será disponibilizado junto com o Edital, arquivo no site eletrônico da Prefeitura Municipal de Corumbáiba, contendo planilha eletrônica, referente à proposta de preços no formato EXCEL;

8.2.1. A planilha eletrônica disponível no site não poderá ser alterada, e deverá ser preenchida apenas na coluna “marca proposta”, “valor unitário” e “além dos dados da empresa licitante”; Não é necessário o preenchimento da coluna “valor total”, pois a planilha já o fará automaticamente;

8.2.1.1. Ao preencher os dados da empresa licitante no ‘arquivo planilha eletrônica’, não poderá ser utilizado ponto, vírgula ou barra;

8.2.3. A planilha eletrônica devidamente preenchida deverá ser entregue junto com o envelope nº. 01 (proposta), em pen drive ou CD em arquivo único, que também deverá ser entregue impressa, preferencialmente em papel timbrado da empresa licitante;

8.2.4. A não entrega da planilha eletrônica, bem como da proposta escrita **será motivo para desclassificação;**

8.2.5. Qualquer divergência entre a proposta escrita e a proposta eletrônica poderá ensejar motivo para desclassificação;

8.3. Após a sessão, o pen drive ou o CD será devolvido à licitante;

8.4. A falta da planilha em meio eletrônico invalidará a proposta apresentada pela licitante;

8.5. Serão desclassificadas as propostas que estiverem em desacordo com o Edital, bem como aquelas que apresentarem preços totais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, excessivos ou que sejam considerados manifestamente inexecutáveis;

8.5.1. Casos a Pregoeira entenda que o preço esteja manifestamente inexecutável notificará a licitante para que comprove máximo de 24 (vinte e quatro) que os custos são manifestamente de mercado através de planilha de composição de custos devidamente acompanhado de nota fiscal eletrônica de compra do respectivo produto licitado;

8.6. Em caso de discrepância entre valor grafado em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor unitário por extenso;

8.7. Caso ocorra algum equívoco manifesto na cotação do item, a licitante poderá desistir da licitação antes do início da fase de lances verbais.

IX – DOS DOCUMENTOS

9.1. O envelope "Documentos" deverá conter os documentos a seguir relacionados:

9.1.1. Cópia autenticada do ato constitutivo, estatuto, contrato social ou registro comercial, no caso de Empresa Individual; Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedades Comerciais; Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de Sociedades por Ações; Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de Sociedades Civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

- 9.1.1.1. Os documentos relacionados no item anterior não precisarão constar do “Envelope Documentos de Habilitação” se tiverem sido apresentados para o credenciamento deste Pregão;
- 9.1.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (Cartão do CNPJ);
- 9.1.3. Certidão negativa de débitos municipais do município da Sede da licitante;
- 9.1.4. Certidão negativa de débitos estaduais da unidade da federação da Sede da licitante;
- 9.1.5. Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união (certidão conjunta);
- 9.1.6. Certidão de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.1.7. Certidão negativa de débitos trabalhistas;
- 9.1.8. Certidão negativa de falência expedida pelo Cartório Distribuidor da Sede da pessoa jurídica ou pelo site do Tribunal de Justiça respectivo, emitida até 30 (trinta) dias antes da sessão;
- 9.1.9. Cópia autenticada do alvará de funcionamento vigente;
- 9.1.10. Comprovação de aptidão de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, por meio da apresentação de pelo menos 1 (um) atestado expedido, necessariamente em nome da licitante, por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual indique que a empresa já fornece ou forneceu, satisfatoriamente, produtos iguais ou semelhantes ao objeto dessa licitação;
- 9.1.10.1. O atestado a que se refere o subitem 9.1.10 deverá conter no mínimo os seguintes requisitos:
- 9.1.10.1.1. Razão social e dado de identificação da instituição emitente em papel timbrado;
- 9.1.10.1.2. Local e data de emissão;
- 9.1.10.1.3. Nome, cargo e assinatura do responsável pelas informações;
- 9.1.10.1.4. Telefone e/ou e-mail para contato.
- 9.1.11. Declaração que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre (anexo V).
- 9.1.12. A licitante devidamente enquadrada como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) em conformidade com a Lei Complementar nº. 123/06, art. 48 II, com posteriores alterações trazidas pela Lei Complementar nº. 147/2014 c/c Instrução Normativa IN Nº. 00008/2016 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCM/GO **deverá apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal, ainda que existam pendências;**
- 9.1.12.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste Edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte adjudicatária deste certame, o prazo de **05 (cinco) dias úteis** contados do momento em que for declarada vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, conforme previsto no Art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;
- 9.1.12.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.1.13.1 acima, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar as Proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar o presente Chamamento.

X - DA SESSÃO DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO

- 10.1. Após o encerramento do credenciamento dos representantes das empresas licitantes, será aberta a sessão do pregão, oportunidade em que não mais se aceitará novas licitantes;
- 10.2. Aberta a sessão, os representantes credenciados entregarão os 02 (dois) envelopes;
- 10.3. Após a abertura dos envelopes contendo as propostas, proceder-se-á a verificação de sua conformidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

com os requisitos preestabelecidos e a consequente desclassificação das propostas em desacordo com as normas deste edital;

10.4. Será classificada para a etapa de lances a proposta de menor preço por item e aquelas que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente àquela de menor preço;

10.4.1. Se não houver no mínimo 03 (três) propostas comerciais nas condições definidas no item 10.4. serão classificadas as menores propostas subsequentes até o máximo de 03 (três), incluindo a primeira classificada, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas;

10.4.2. Somente as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderão participar da fase de lances referentes aos itens indicados no item 5.3 do presente Edital, exceto se não for atingido o mínimo de participação, que são 03 (três) empresas; enquanto nos itens de ampla concorrência, assim estabelecidos no item 5.4, deverá ser reservada a cota de 25% (vinte e cinco por cento) do objeto às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;

10.5. Em seguida, será iniciada a etapa de apresentação de lances verbais, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, e os demais, em ordem decrescente de valor;

10.5.1. Se duas ou mais propostas apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de apresentação dos lances;

10.5.2. Caso seja, na fase de lances, ofertado lance considerado pela Pregoeira manifestamente inexecuível, a Pregoeira interromperá os lances determinando à licitante, **que apresente no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) planilha de composição de custos devidamente acompanhado de nota fiscal eletrônica de compra do respectivo produto licitado, a fim de comprovar que o valor ofertado corresponde aos praticados no mercado;**

10.5.3. Não sendo apresentada a competente planilha de composição de custo, a Pregoeira desclassificará o lance ofertado abaixo de 50% (cinquenta por cento) do valor estimado para o item licitado, declarando-o inexecuível e julgando vencedor o lance anteriormente apresentado;

10.5.2. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocada, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante;

10.5.3. Caso não se realize lances verbais serão verificados a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação;

10.5.4. Se houver apenas uma oferta e desde que esta atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita;

10.6. O encerramento da etapa de lances dar-se-á quando, convocadas, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances;

10.7. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por ME ou EPP, e houver proposta apresentada por ME ou EPP com valor até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/06;

10.8. Ocorrendo o empate, e comprovada à condição de ME ou EPP, na fase de credenciamento das licitantes, proceder-se-á da seguinte forma:

10.8.1. A ME ou a EPP mais bem classificada será convocada para, no prazo de 5 (cinco) minutos após o



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

encerramento dos lances, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em 1º lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de preferência;

10.8.2. Apresentado novo lance pela ME ou EPP, nos termos do subitem anterior, e atendidas as exigências habilitatórias, o objeto do certame será adjudicado em seu favor;

10.8.3. Não sendo vencedora a ME ou EPP mais bem classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas demais ME ou EPP remanescentes, cujas propostas estiverem no limite estabelecido no item 10.7, na ordem de classificação, para o exercício do direito de preferência;

10.8.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs ou EPPs que se encontrem nesse limite, será realizado sorteio, entre essas empresas, para definir a que primeiro poderá apresentar novo lance;

10.8.5. Na hipótese de não contratação da ME ou EPP, o objeto licitado será adjudicado à licitante detentora da proposta originalmente vencedora da etapa de lances;

10.8.6. Será declarada vencedora do certame a licitante que, ao final da etapa de lances, após aplicação do direito de preferência instituído pela Lei complementar nº 123/2006, ofertar o menor preço por item;

10.9. Se a oferta de menor preço for considerada aceitável, será aberto o envelope “Documentação” da licitante que a tiver formulado, para confirmação de sua habilitação;

10.10. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora;

10.11. Se a proposta não for aceitável ou a licitante não atender às exigências da habilitação, será examinada a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à verificação das condições de habilitação da licitante, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora;

10.12. Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, a Pregoeira poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço;

10.13. Caso seja necessário, a sessão poderá ser suspensa para realização de diligências, designando nova data para sua continuidade, ficando intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes;

10.14. Caso seja solicitado pela Pregoeira, a licitante detentora do menor preço deverá encaminhar, no endereço citado à fl.1 deste edital, a proposta comercial, AJUSTADA AO PREÇO FINAL, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, excluído o dia da sessão, sob pena de desclassificação;

10.14.1. O prazo para entrega da proposta poderá ser prorrogado, a pedido da licitante, com justificativa e anuência expressa e escrita da Pregoeira;

10.14.2. Caso seja solicitada a proposta ajustada ao preço final e a licitante não apresentá-la no prazo esta será desclassificada com aplicação de multa no valor de 10% (dez por cento) da proposta inicial;

10.15. Na sessão de julgamento lavrar-se-á ata circunstanciada da sessão, com registro de todos os atos do procedimento e das ocorrências relevantes, assinada pela Pregoeira, Equipe de Apoio e pelas licitantes.

XI - DA IMPUGNAÇÃO E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

11.1. Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório;

11.2. Pedido de esclarecimento poderá ser realizado por telefone ou por e-mail;

11.3. Decairá do direito de solicitar esclarecimento ou providência e de impugnar o edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura da sessão do pregão;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

- 11.4. Cabe à Pregoeira decidir sobre a petição e responder aos esclarecimentos que porventura sejam apresentados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 11.5. Acolhida a petição contra o edital, caso acarrete mudança que afetará a confecção das propostas de todas as licitantes, será designada nova data para a realização do certame;
- 11.6. A impugnação deverá ser obrigatoriamente protocolizadas no Departamento de Licitação do órgão licitante, sob pena de não ser conhecida, em horário de expediente em papel timbrado da licitante, assinados pelo representante legal e serão dirigidos à Pregoeira;
- 11.7. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não impedirá a participação no certame;
- 11.8. Somente será conhecida a impugnação que estiver acompanhada dos seguintes documentos:
- 11.8.1. Ato constitutivo e suas alterações;
- 11.8.2. Instrumento público ou particular de procuração (com firma reconhecida) ou Contrato Social, que credencie o peticionário;
- 11.8.3. Nome, endereço comercial e endereço eletrônico da licitante;
- 11.8.4. Data e assinatura, esta com a menção do cargo e nome do signatário, com poderes para tal;
- 11.8.5. Objeto da petição, com a indicação clara dos atos e documentos questionados;
- 11.8.6. Fundamentação do pedido;
- 11.8.7. Cópia dos documentos pessoais dos sócios;
- 11.9. Na fluência dos prazos para interposição do recurso ou impugnação, o processo ficará no Departamento de Licitação, onde as licitantes poderão ter vista dos autos;
- 11.10. Não serão considerados impugnações ou recursos em fac-símile, e-mail, correio ou qualquer outro meio eletrônico;
- 11.11. A decisão a respeito da Impugnação será afixada no Placar do órgão licitante, enviada no endereço eletrônico do impugnante e em caso de procedência do pedido em que altere a formulação de propostas será publicada no site do órgão licitante e ficará disponível aos interessados na Sala da Comissão Permanente de Licitação até a data de abertura da sessão.

XII - DO RECURSO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO

- 12.1. No final da sessão, a licitante que desejar recorrer de qualquer decisão da Pregoeira deverá **manifestar imediata e motivadamente** a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias para apresentação de memoriais, que deverão tratar-se exclusivamente sobre o manifestado na sessão, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;
- 12.1.1. A manifestação deverá ser reduzida a termo na ata da sessão de julgamento;
- 12.2. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso;
- 12.3. Interposto o recurso, a Pregoeira poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente;
- 12.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento;
- 12.5. O recurso terá efeito devolutivo e suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

12.6. A adjudicação será feita por item.

XIII - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1. A aquisição do objeto desta licitação será efetuada à conta da classificação orçamentária própria do orçamento vigente, conforme consta no Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

XIV - DO REAJUSTE

14.1. Os preços são irremovíveis durante o prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir da assinatura da ata;

14.2. Após o prazo a que se refere o item anterior os preços poderão ser reajustados única e exclusivamente para manter o equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito e/ou força maior;

14.3. O reajuste a que se refere o item anterior deverá ser solicitado pelo contratado por meio de petição fundamentada e mediante apresentação de documentos que comprovem o desequilíbrio contratual;

14.4. Variações módicas e previsíveis de preços não ensejam o direito de solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro.

XV – DOS PAGAMENTOS

15.1. Os pagamentos serão realizados no prazo de até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal mediante transferência bancária ou cheque nominal.

XVI – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

16.1. O objeto da licitação será recebido de acordo com as normas constantes no termo de referência e minuta contratual.

XVII – DO EMPENHO

17.1. Os empenhos das eventuais aquisições serão emitidos de acordo com cada ordem de fornecimento.

XVIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação;

18.2. Todas as propostas, bem como os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão, serão rubricadas pela equipe de apoio e pelas licitantes presentes que desejarem;

18.3. Os envelopes contendo os documentos de habilitação das licitantes que não venceram nenhum item serão entregues aos respectivos representantes ou ficarão à disposição para retirada no Departamento de Licitação do órgão licitante, no mesmo endereço, durante 30 (trinta) dias, após poderão ser destruídos;

18.4. Os casos omissos do presente pregão serão solucionados pelo Pregoeiro;

18.5. Integram o presente edital:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo III – Minuta Contratual;

Anexo IV – Modelo de Carta de Credenciamento e Declaração que cumpre os requisitos de habilitação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

Anexo V – Modelo de Declaração que não emprega menor de idade;

Anexo VI – Modelo da proposta de preços;

18.6. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Corumbáiba-GO;

18.7. É facultado ao órgão licitante, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

18.8. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação;

18.9. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no site do órgão licitante ou no placar de divulgação dos atos do Poder Executivo Municipal;

18.10. A critério da Administração e de acordo com o volume de aquisições poderá ser firmado contrato ou apenas emissão de ordem de fornecimento.

Corumbáiba-GO, 09 de dezembro de 2019.

Larah Beatriz Leão Calaça
Pregoeira



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

ANEXO II
PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2019
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o **registro de preços** para futura e eventual aquisição de materiais de construção declarados fracassados no Pregão Presencial nº48/2019, destinados à manutenção dos diversos setores da Prefeitura Municipal, pelo período de 12 (doze) meses.

1.2. A descrição, quantitativo e itens a serem licitados estão descritas no item 5.1 deste termo.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A aquisição justifica-se para o fornecimento de materiais de construção destinados à manutenção dos diversos órgãos públicos municipais, bem como para eventual doação para famílias e cidadãos carentes, conforme disposto na Lei Municipal nº 829/2018;

2.2. Optou-se pelo Sistema de Registro de Preços, fundamentado nos incisos I e IV, do art. 3º, do Decreto nº 7.892/2013, tendo em vista que o fornecimento dar-se-á de forma escalonada, de acordo com a necessidade da Administração, e; ainda, há a dificuldade de se definir o quantitativo ideal a ser adquirido, sendo possível surgirem necessidades de pedidos posteriores; e a conveniência da Administração em relação à disponibilidade orçamentária e financeira.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

3.1. Os bens a serem adquiridos são bens comuns, portanto a licitação deverá ser realizada sob a modalidade "Pregão", na forma presencial, já que o órgão licitante não possui um sistema de comunicação via internet com recursos de criptografia e de autenticação que forneçam a segurança necessária para a realização de todas as etapas do processo licitatório na forma eletrônica.

4. DO PRAZO E DA FORMA DE ENTREGA DOS ITENS

4.1. A licitante deverá entregar os itens licitados no local indicado pelo gestor, em até 24 horas, a partir do recebimento das ordens de fornecimento/requisições.

5. ITENS, QUANTITATIVO E AVALIAÇÃO ESTIMADA DE CUSTOS

5.1. O custo estimado e as especificações de cada item/material de construção são:

Item	Unid	Quant.	Descrição do Produto	Valor unitário	Valor total
1	UN	5.600	ABRAÇADEIRA DE NYLON 1,4 X 250	0,20	R\$1.120,00
2	UN	5.600	ABRAÇADEIRA DE NYLON 2,8 X 350	0,25	R\$1.400,00
3	UN	5.600	ABRAÇADEIRA DE NYLON 3,5 X 400	0,40	R\$2.240,00
4	UN	5.600	ABRAÇADEIRA GALVANIZADA 1/2	0,90	R\$5.040,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

5	UN	5.600	ABRAÇADEIRA GALVANIZADA 3/4	1,10	R\$6.160,00
6	BR	2.270	ACO CA-50,10,0 MM (3/8)	36,95	R\$83.876,50
7	BR	2.470	ACO CA-50,6,3 MM (1/4)	15,38	R\$37.988,60
8	BR	2.470	ACO CA-50,8,0 MM (5/16)	27,82	R\$68.715,40
9	BR	2.470	ACO CA-60,4,2 MM	6,47	R\$15.980,90
10	BR	2.170	ACO CA-60,5,0 MM	9,11	R\$19.768,70
11	UN	510	ADAPTADOR SOLD. CURTO C/BOLSA E ROSCA P/REG. 20 X 1/2"	0,44	R\$224,40
12	UN	510	ADAPTADOR SOLD. CURTO C/BOLSA E ROSCA P/REG. 25 X 3/4"	0,55	R\$280,50
13	UN	510	ADAPTADOR SOLD. CURTO C/BOLSA E ROSCA P/REG. 32 X 1"	1,14	R\$581,40
14	UN	510	ADAPTADOR SOLD. CURTO C/BOLSA E ROSCA P/REG. 50 MM X 1.1/2"	2,77	R\$1.412,70
15	UN	510	ADAPTADOR SOLD. LONGO FLANGES LIV. CX DAGUA 25 X 3/4"	11,04	R\$5.630,40
16	UN	510	ADAPTADOR SOLD. LONGO FLANGES LIV. CX DAGUA 32 X 1"	12,32	R\$6.283,20
17	UN	510	ADAPTADOR SOLD. LONGO FLANGES LIV. CX DAGUA 50 X 1.1/2"	20,88	R\$10.648,80
18	UN	210	ADESIVO DE SILICONE TUBO DE 280 GR	15,50	R\$3.255,00
19	UN	210	ADESIVO DE SILICONE TUBO DE 50 GR	5,50	R\$1.155,00
20	UN	80	ALAVANCA 2.0 MT	125,33	R\$10.026,40
21	KG	605	ARAME GALVANIZADO No. 12 BWG	11,97	R\$7.241,85
22	KG	750	ARAME GALVANIZADO Nº 18	13,83	R\$10.372,50
23	KG	765	ARAME RECOZIDO Nº 18	12,65	R\$9.677,25
24	KG	785	ARAME RECOZIDO Nº 12	11,83	R\$9.286,55
25	UN	150	ASSENTO SANITÁRIO ALMOFADADO	54,33	R\$8.149,50
26	UN	110	ASSENTO SIMPLES EM POLIPROPILENO P/ VASO SANITÁRIO	23,24	R\$2.556,40



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

27	UN	40	ASSENTO VASO SANITÁRIO INFANTIL EM PLASTICO BRANCO	45,49	R\$1.819,60
28	UN	8	BETONEIRA CAPACIDADE NOMINAL 400 LTS, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELÉTRICO MONOFÁSICO 220/380 V POTENCIA 2 CV, SEM CARREGADOR	3.700,00	R\$29.600,00
29	UN	270	BOIA DE 1/2	12,17	R\$3.285,90
30	UN	150	BRAÇO P/ CHUVEIRO PVC	8,50	R\$1.275,00
31	MT	850	BRITA No. 0	90,36	R\$76.806,00
32	MT	850	BRITA No. 01	85,36	R\$72.556,00
33	UN	170	BROXA QUADRADA SINTETICA 18 X 8	10,50	R\$1.785,00
34	UM	170	BROXA REDONDA	8,83	R\$1.501,10
35	UN	200	BUCHA DE REDUÇÃO LL 50 X 25 MM	5,17	R\$1.034,00
36	UN	200	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA 25 X 20 MM	0,39	R\$78,00
37	UN	200	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA 32 X 25 MM	0,56	R\$112,00
38	UN	110	CABO DE ROLO DE 23 CM	8,50	R\$935,00
39	UN	110	CADEADO DE 45MM	22,50	R\$2.475,00
40	UN	110	CADEADO PAPAIZ/PADO No. 20	9,90	R\$1.089,00
41	UN	110	CADEADO PAPAIZ/PADO No. 30	13,00	R\$1.430,00
42	UN	110	CAIXA DE CORRESPONDÊNCIA	31,83	R\$3.501,30
43	UN	220	CAIXA DE DESCARGA COMPLETA (CAIXA,TUBO,SPUD)	48,50	R\$10.670,00
44	UN	220	CAIXA DE DESCARGA (PVC)	31,00	R\$6.820,00
45	UN	150	CAIXA DE GORDURA DE 40 X 100	51,67	R\$7.750,50
46	UN	1.400	CAIXA METÁLICA QUADRADA 4" X 4" X 2"	2,35	R\$3.290,00
47	UN	2.300	CAIXA METÁLICA RETANGULAR 4" X 2" X 2"	1,13	R\$2.599,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

48	UN	240	CAIXA PADRÃO SANEAGO	67,00	R\$16.080,00
49	UN	550	CAIXA SIFONADA 10 X 10	9,17	R\$5.043,50
50	UN	550	CAIXA SIFONADA 15 X 15	18,83	R\$10.356,50
51	SC	4.600	CAL HIDRATADO 20 KG	12,00	R\$55.200,00
52	SC	2.450	CAL P/ MASSA FILITO 20 KG	8,50	R\$20.825,00
53	SC	3.600	CAL P/ PINTURA 8 KG	8,00	R\$28.800,00
54	UN	400	CANTONEIRA 8 X 10	6,83	R\$2.732,00
55	M ²	2.600	CERÂMICA 45 X 45 (DIMENSÃO APROXIMADA)- PISO PEI MAIOR OU IGUAL A 4	19,80	R\$51.480,00
56	UN	530	CHAVE CONTACTORA	156,50	R\$82.945,00
57	UN	115	CHAVE DE BOIA AUTOMÁTICA - 15 A / 250 V (COMPRIMENTO DO CABO = 1,5 M)	32,00	R\$3.680,00
58	UN	135	CHUVEIRO ELÉTRICO EM PVC	49,90	R\$6.736,50
59	UN	110	COLHER DE PEDREIRO Nº 10	17,83	R\$1.961,30
60	UN	110	COLHER DE PEDREIRO Nº 8	12,50	R\$1.375,00
61	UN	1.350	COLUNA 5/16 DE 6 MTS 8 MM 7 X 14	67,67	R\$91.354,50
62	MT	550	CORRENTE DE AÇO 5 MM	25,33	R\$13.931,50
63	UN	60	CX. D'ÁGUA POLIETILENO 500 LTS C/TAMPA	168,80	R\$10.128,00
64	UN	150	DESEMPENADEIRA DE AÇO DENTADO	15,50	R\$2.325,00
65	UN	150	DESEMPENADEIRA DE AÇO LISA	18,83	R\$2.824,50
66	UN	150	DESEMPENADEIRA DE PLÁSTICO G	16,17	R\$2.425,50
67	UN	275	DISCO DE MAQUITA CORTE CERÂMICA	25,67	R\$7.059,25
68	UN	275	DISCO DE MAQUITA CORTE MADEIRA	24,17	R\$6.646,75
69	UN	270	DISJUNTOR BIPOLAR 40 AMPERES	59,04	R\$15.940,80



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

70	UN	270	DISJUNTOR BIPOLAR 50 A	59,04	R\$15.940,80
71	UN	270	DISJUNTOR MONOPOLAR DE 10 A	8,47	R\$2.286,90
72	UN	270	DISJUNTOR MONOPOLAR DE 20 A	8,47	R\$2.286,90
73	UN	380	DISJUNTOR MONOPOLAR DE 25 A	8,47	R\$3.218,60
74	UN	380	DISJUNTOR MONOPOLAR DE 30 A	8,47	R\$3.218,60
75	UN	380	DISJUNTOR MONOPOLAR DE 40 A	10,04	R\$3.815,20
76	UN	380	DISJUNTOR TRIPOLAR 60 A 100-A	134,61	R\$51.151,80
77	UN	380	ENGATE/RABICHO FLEXÍVEL PLÁSTICO (PVC OU ABS) BRANCO 1/2" X 40 CM	4,38	R\$1.664,40
78	UN	110	ENXADA ESTREITA *25 X 23* CM COM CABO	27,11	R\$2.982,10
79	UN	100	ENXADA ESTREITA *25 X 23* CM SEM CABO	31,83	R\$3.183,00
80	UN	130	ENXADÃO ESTREITO	31,83	R\$4.137,90
81	UN	31	ESCADA DE ALUMÍNIO EXT. 2 X 11 (6 MT)	508,33	R\$15.758,23
82	UN	31	ESCADA EXTENSIVA DE ALUMÍNIO DE 10 DEGRAUS	538,33	R\$16.688,23
83	LT	990	ESMALTE SINTÉTICO 900 ML	23,91	R\$23.670,90
84	GL	960	ESMALTE SINTÉTICO AUTOMOTIVO GALÃO 3.600 LT	101,00	R\$96.960,00
85	GL	1.150	ESMALTE SINTÉTICO COM 3.600ML	64,83	R\$74.554,50
86	UN	230	ESPATULA DE PLÁSTICO LISA, LARGURA 10 CM	5,05	R\$1.161,50
87	UN	230	ESPATULA Nº 8	8,00	R\$1.840,00
88	UN	100	ESQUADRO DE AÇO 12" (300 MM), CABO DE ALUMÍNIO	17,39	R\$1.739,00
89	UN	3.950	ESTOPA 150 GR	5,50	R\$21.725,00
90	UN	240	FECHADURA INTERNA LARGA (SUGESTÃO: STAM, SOPRANO, ALIANÇA OU EQUIVALENTE OU SIMILAR OU DE MELHOR QUALIDADE)	51,83	R\$12.439,20
91	MT	10.000	FIO PARALELO 2 X 1,5 MM	2,28	R\$22.800,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

92	MT	10.000	FIO PARALELO 2 X 2,5 MM	2,83	R\$28.300,00
93	MT	20.000	FIO P/ PODADOR DE GRAMA 3,0 MM QUADRADO	1,17	R\$23.400,00
94	MT	20.000	FIO SÓLIDO 10 MM	7,00	R\$140.000,00
95	MT	20.000	FIO SÓLIDO 1,5 MM	0,98	R\$19.600,00
96	MT	20.000	FIO SÓLIDO 2,5 MM	1,42	R\$28.400,00
97	MT	20.000	FIO SÓLIDO 4,0 MM	2,73	R\$54.600,00
98	MT	20.000	FIO SÓLIDO 6,0 MM	3,62	R\$72.400,00
99	MT	3.100	FIO TELEFÔNICO EXTERNO (FE) EM ACO COBREADO, ISOLAÇÃO EM PEAD OU PVC ANTI-CHAMAS	0,85	R\$2.635,00
100	UN	3.800	FITA CREPE DE 2,5X50 MT	5,17	R\$19.646,00
101	UN	3.800	FITA CREPE DE 5,0X50 MT	10,00	R\$38.000,00
102	UN	3.800	FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 50 M (L X C)	11,06	R\$42.028,00
103	UN	135	HIDROMETRO 3 M ³ , DIAM. RAMAL = 25 MM	72,00	R\$9.720,00
104	UN	240	JANELA VENEZIANA CORRER DE VIDRO 1,50 X 1,00	305,00	R\$73.200,00
105	UN	1.700	JOELHO 45 GRAUS DIÂMETRO 100 MM - (ESGOTO)	6,05	R\$10.285,00
106	UN	1.700	JOELHO 45 GRAUS DIÂMETRO 40 MM - (ESGOTO)	1,71	R\$2.907,00
107	UN	1.700	JOELHO 45 GRAUS DIÂMETRO 50 MM - (ESGOTO)	2,61	R\$4.437,00
108	UN	1.700	JOELHO 45 GRAUS DIÂMETRO 75 MM - (ESGOTO)	5,94	R\$10.098,00
109	UN	1.700	JOELHO 90 GRAUS DIÂMETRO 100 MM - (ESGOTO)	5,41	R\$9.197,00
110	UN	1.700	JOELHO 90 GRAUS SOLDÁVEL DIÂMETRO 25 MM	0,62	R\$1.054,00
111	UN	1.700	JOELHO 90 GRAUS SOLDÁVEL DIÂMETRO 32 MM	1,81	R\$3.077,00
112	UN	1.700	JOELHO 90 GRAUS SOLDÁVEL DIÂMETRO 50 MM	4,67	R\$7.939,00
113	UN	1.700	JOELHO LR DE 20 X 1/2 BUCHA LATÃO	1,97	R\$3.349,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

114	UN	1.700	JOELHO LR DE 25 X 1/2 BUCHA LATÃO	3,83	R\$6.511,00
115	UN	1.700	JOELHO LR DE 25 X 3/4 BUCHA LATÃO	4,55	R\$7.735,00
116	UN	1.700	JUNÇÃO SIMPLES DIÂMETRO 75 X 50 MM - (ESGOTO)	8,03	R\$13.651,00
117	UN	135	KIT CAVALETE (D=25 MM P/HIDROM. 1,5; 3 E 5M ³) + CAIXA PADRÃO "A" DA SANEAGO	98,90	R\$13.351,50
118	UN	780	LAMINA PARA SEGUETA	8,00	R\$6.240,00
119	UN	135	LAVATÓRIO MÉDIO C/ COLUNA	120,36	R\$16.248,60
120	UN	460	LIGAÇÃO FLEXÍVEL (ENGATE) PV 1/2"	2,96	R\$1.361,60
121	UN	380	LINHA PARA PEDREIRO COM 100 M	5,33	R\$2.025,40
122	UN	380	LINHA PARA PEDREIRO COM 50 M	4,17	R\$1.584,60
123	UN	3.800	LIXA D'ÁGUA 240	1,83	R\$6.954,00
124	UN	3.820	LIXA P/ FERRO (NUMERO 100)	2,12	R\$8.098,40
125	UN	3.820	LIXA P/ PAREDE (NUMERO 100)	0,75	R\$2.865,00
126	UN	710	LUVA LR 25 X 1/2"	2,00	R\$1.420,00
127	UN	460	LUVA LR BUCHA LATÃO 25 X 1/2"	4,00	R\$1.840,00
128	UN	1.880	LUVA SOLDÁVEL 20 MM	0,50	R\$940,00
129	UN	1.880	LUVA SOLDÁVEL 25 MM	0,65	R\$1.222,00
130	UN	1.880	LUVA SOLDÁVEL 50 MM	3,31	R\$6.222,80
131	UN	1.880	LUVA SOLDÁVEL C/ROSCA 25 X 3/4"	1,23	R\$2.312,40
132	UN	1.880	LUVA SOLD. C/BUCHA DE LATÃO 20 X 1/2" COR AZUL	4,92	R\$9.249,60
133	UN	1.880	LUVA SOLD. C/BUCHA DE LATÃO 25 X 3/4" COR AZUL	5,19	R\$9.757,20
134	UN	1.880	LUVA SOLD. C/ROSCA 20 X 1/2"	0,96	R\$1.804,80
135	UN	820	MALHA DE FERRO 2,45 X 6,0 FERRO 4,2	155,00	R\$127.100,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

136	MT	1.400	MANGUEIRA DE NÍVEL 5/16	1,60	R\$2.240,00
137	MT	10.000	MANGUEIRA PARA JARDIM	2,85	R\$28.500,00
138	MT	9.900	MANGUEIRA PRETA 1/2" X 2,5MM	1,40	R\$13.860,00
139	MT	9.700	MANGUEIRA PRETA 1" X 3,0 MM	2,18	R\$21.146,00
140	MT	9.900	MANGUEIRA PRETA 3/4" X 2,5 MM	1,78	R\$17.622,00
141	MT	1.700	MANTA ASFALTICA AUTO ADESIVA 10 X 10 CM	4,83	R\$8.211,00
142	MT	1.700	MANTA ASFALTICA AUTO ADESIVA 10 X 15 CM	5,83	R\$9.911,00
143	MT	1.700	MANTA ASFALTICA AUTO ADESIVA 10 X 20 CM	8,17	R\$13.889,00
144	MT	1.700	MANTA ASFALTICA AUTO ADESIVA 10 X 30 CM	14,00	R\$23.800,00
145	UN	70	MARTELO DE BORRACHA	17,17	R\$1.201,90
146	GL	470	MASSA ACRILICA COM 3.600ML	31,17	R\$14.649,90
147	GL	470	MASSA CORRIDA GALÃO 3.600	22,83	R\$10.730,10
148	LT	470	MASSA CORRIDA LT 900 ML	11,83	R\$5.560,10
149	CX	970	MASSA CORRIDA P.V.A. 25KG	51,50	R\$49.955,00
150	LT	300	NEUTROL 18 LT	332,67	R\$99.801,00
151	UN	150	PADRÃO MONOFÁSICO 10 MM², H=5 METRO	360,00	R\$54.000,00
152	UN	105	PADRÃO MONOFÁSICO 10 MM², H=7 METRO	560,00	R\$58.800,00
153	UN	520	PAFLON	9,17	R\$4.768,40
154	UN	1.670	PALHA DE AÇO BRILHO/RASP Nº0	2,07	R\$3.456,90
155	UN	1.670	PALHA DE AÇO BRILHO/RASP Nº1	2,07	R\$3.456,90
156	UN	1.670	PALHA DE AÇO BRILHO/RASP Nº2	2,07	R\$3.456,90
157	UN	115	PENEIRA ARAME P/ ARROZ REFORÇADA	23,10	R\$2.656,50



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

158	UN	115	PENEIRA ARAME P/ CAFÉ REFORÇADA	23,10	R\$2.656,50
159	UN	115	PENEIRA ARAME P/ FEIJÃO REFORÇADA	23,10	R\$2.656,50
160	UN	135	PIA MÁRMORE/GRANITO SINTÉTICO 1,20 X 0,54 (DIMENSÕES APROXIMADAS)	124,90	R\$16.861,50
161	UN	145	PNEU PARA CARRINHO DE MÃO	35,33	R\$5.122,85
162	JG	450	PORTAL DE MADEIRA 2,10 X 80	90,00	R\$40.500,00
163	UN	450	PORTA LISA DE MADEIRA MOGNO 2,10 X 0,70	135,0000	R\$60.750,00
164	UN	450	PORTA LISA DE MADEIRA MOGNO 2,10 X 0,80	135,00	R\$60.750,00
165	UN	620	PORTA VENEZIANA 2,10 X 0,60 M C/ FERRAGENS	280,00	R\$173.600,00
166	UN	620	PORTA VENEZIANA 2,10 X 0,70 M C/ FERRAGENS	280,00	R\$173.600,00
167	UN	620	PORTA VENEZIANA 2,10 X 0,80 M C/ FERRAGENS	280,00	R\$173.600,00
168	KG	850	PREGO 17 X 21	6,23	R\$5.295,50
169	KG	840	PREGO 18 X 24	5,29	R\$4.443,60
170	KG	870	PREGO 19 X 36	12,17	R\$10.587,90
171	KG	1.020	PREGO 26 X 72	17,67	R\$18.023,40
172	UN	70	PRUMO Nº 5	24,50	R\$1.715,00
173	UN	230	QUADRO DISJUNTOR DE 6 ELEMENTOS	48,83	R\$11.230,90
174	UN	260	REGISTRO DE ESFERA DIAM. ½" (METAL)	20,12	R\$5.231,20
175	UN	260	REGISTRO DE ESFERA DIAM. 1.1/2" (METAL)	62,17	R\$16.164,20
176	UN	260	REGISTRO DE ESFERA DIAM. 3/4" (METAL)	12,17	R\$3.164,20
177	UN	260	REGISTRO DE ESFERA LL 25 MM	9,33	R\$2.425,80
178	UN	260	REGISTRO DE ESFERA LL 50 MM	22,17	R\$5.764,20
179	UN	260	REGISTRO DE PRESSÃO 1400 1/2"	25,60	R\$6.656,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

180	UN	260	REGISTRO DE PRESSÃO 1400 3/4"	28,50	R\$7.410,00
181	UN	260	REGISTRO DE PRESSÃO DE 3/4" REF. 1416 C-50	50,00	R\$13.000,00
182	UN	135	REGUA DE ALUMÍNIO 2 MT	44,17	R\$5.962,95
183	UN	230	REPARO PARA VÁLVULA DOCOL	43,83	R\$10.080,90
184	UN	230	REPARO PARA VÁLVULA HIDRA	50,83	R\$11.690,90
185	UN	840	ROLO DE LÃ 23 CM ANTI GOTA	15,50	R\$13.020,00
186	UN	840	ROLO DE LÃ 23 CM EXTRA PELE DE CARNEIRO MERINO AUSTRALIANO COM LÃ EXTRA LONGA E DENSA DE 25 MM. GRANDE CAPACIDADE DE RESISTÊNCIA DE TINTAS COM SUPORTE.	62,5000	R\$52.500,00
187	UN	840	ROLO DE LÃ 9 CM C/ CABO EXTRA	10,17	R\$8.542,80
188	LT	530	SELADOR ACRÍLICO LT 18 L	118,26	R\$62.677,80
189	UN	450	SIFÃO COPO PVC	15,83	R\$7.123,50
190	UN	1.060	TE 90 GRAUS SOLDÁVEL DIÂMETRO 40 MM	5,47	R\$5.798,20
191	UN	1.060	TE 90º LR 25 X 1/2 BUCHA LATÃO	5,33	R\$5.649,80
192	UN	230.000	TELHA BIPLAN	1,73	R\$397.900,00
193	UN	1.350	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 8 MM, DE 3,66 X 1,10 M (SEM AMIANTO)	121,33	R\$163.795,50
194	UN	50.000	TELHA PLAN	0,92	R\$46.000,00
195	UN	1.660	TE SANITÁRIO DIÂMETRO 100 X 100 MM – (ESGOTO)	9,85	R\$16.351,00
196	UN	1.660	TE SANITÁRIO DIÂMETRO 50 X 50 MM - (ESGOTO)	4,37	R\$7.254,20
197	UN	1.660	TE SANITÁRIO DIÂMETRO 75 X 75 MM - (ESGOTO)	8,73	R\$14.491,80
198	UN	1.660	TE SOLDÁVEL LISO 20 MM	1,27	R\$2.108,20
199	UN	1.660	TE SOLDÁVEL LISO 25 MM	1,27	R\$2.108,20
200	UN	1.660	TE SOLDÁVEL LISO 32 MM	2,83	R\$4.697,80



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

201	UN	1.660	TE SOLDÁVEL LISO 50 MM	4,50	R\$7.470,00
202	UN	1.660	TE SOLDÁVEL LL 50 X 25	5,33	R\$8.847,80
203	UN	1.660	TE SOLDÁVEL LR 25 X 1/2"	2,50	R\$4.150,00
204	UN	1.660	TE SOLDÁVEL LR 25 X 3/4"	2,50	R\$4.150,00
205	LT	930	THINNER 900 ML	12,67	R\$11.783,10
206	GL	960	THINNER GALÃO 5 LITROS	58,17	R\$55.843,20
207	UN	455.000	TIJOLO COMUM MACIÇO (4,5 X 9 X 19 CM)	0,46	R\$209.300,00
208	UN	605.000	TIJOLO FURADO DE 15 X 30	0,63	R\$381.150,00
209	LT	1.520	TINTA ACRÍLICA 1º LINHA 18 LT (SUGESTÃO: CORAL/SUVINIL/ NOVA COR OU EQUIVALENTE OU SIMILAR OU DE MELHOR QUALIDADE)	271,67	R\$412.938,40
210	LT	1.400	TINTA P/ PISO 1º LINHA 18 LT CORAL/SUNIVIL/NOVA COR	288,33	R\$403.662,00
211	LT	1.570	TINTA PVA 2º LINHA 18 LT	118,33	R\$185.778,10
212	UN	660	TINTA SPRAY LATA 360	19,67	R\$12.982,20
213	UN	660	TORNEIRA DE JARDIM DIÂMETRO ½ E ¾" C/BICO	24,56	R\$16.209,60
214	UN	660	TORNEIRA DE METAL DE 1/2"	26,17	R\$17.272,20
215	UN	660	TORNEIRA DE METAL P/ PIA/PAREDE 3/4"	57,50	R\$37.950,00
216	UN	660	TORNEIRA LAVATÓRIO METAL C 50	57,50	R\$37.950,00
217	UN	660	TORNEIRA LAVATÓRIO PLÁSTICO	13,83	R\$9.127,80
218	UN	660	TORNEIRA PARA CUBA	72,83	R\$48.067,80
219	UN	660	TORNEIRA PARA PIA PVC 1/2"	9,17	R\$6.052,20
220	UN	660	TORNEIRA PARA TANQUE PVC 1/2"	9,83	R\$6.487,80
221	UN	660	TORNEIRA PLÁSTICA PARA LAVATÓRIO	9,17	R\$6.052,20
222	UN	660	TORNEIRA PLÁSTICA P/ JARDIM 1/2"	5,83	R\$3.847,80



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

223	UN	102	TORRE PARA CAIXA D'ÁGUA 1.000 LT	491,67	R\$50.150,34
224	UN	102	TORRE PARA CAIXA D'ÁGUA 500 LT	388,33	R\$39.609,66
225	UN	2.300	TRELIÇA	35,33	R\$81.259,00
226	UN	165	TRENA AUTOMÁTICA 5 MT	8,83	R\$1.456,95
227	UN	760	TRINCHA 1"	3,17	R\$2.409,20
228	UN	760	TRINCHA 1/2"	2,33	R\$1.770,80
229	UN	760	TRINCHA 3"	8,50	R\$6.460,00
230	UN	760	TRINCHA 3/4"	3,83	R\$2.910,80
231	UN	445	TUBO CAIXA DE DESCARGA	12,17	R\$5.415,65
232	BR	665	TUBO ESGOTO 150 MM	161,67	R\$107.510,55
233	BR	665	TUBO ESGOTO 200 MM	311,67	R\$207.260,55
234	BR	665	TUBO SOLDÁVEL P/ESGOTO DIÂMETRO 100 MM	54,78	R\$36.428,70
235	BR	665	TUBO SOLDÁVEL P/ESGOTO DIÂMETRO 40 MM	20,76	R\$13.805,40
236	BR	665	TUBO SOLDÁVEL P/ESGOTO DIÂMETRO 50 MM	35,64	R\$23.700,60
237	BR	665	TUBO SOLDÁVEL P/ESGOTO DIÂMETRO 75 MM	48,24	R\$32.079,60
238	BR	970	TUBO SOLDÁVEL PVC MARROM DIAM. 20 MM	12,60	R\$12.222,00
239	BR	970	TUBO SOLDÁVEL PVC MARROM DIAM. 25 MM	12,90	R\$12.513,00
240	BR	970	TUBO SOLDÁVEL PVC MARROM DIAM. 32 MM	40,68	R\$39.459,60
241	BR	970	TUBO SOLDÁVEL PVC MARROM DIAM. 50 MM	60,30	R\$58.491,00
242	UN	225	VÁLVULA DE DESCARGA DUPLO ACIONAMENTO HIDRA/DOCOL (BASE E ACABAMENTO CROMADO)	119,56	R\$26.901,00
243	UN	225	VÁLVULA DE DESCARGA METÁLICA, BASE 1 ½" E ACABAMENTO METÁLICO CROMADO	157,33	R\$35.399,25
244	UN	450	VÁLVULA P/ LAVATÓRIO PVC 1"	5,15	R\$2.317,50



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

245	UN	225	VASO SANITÁRIO (BRANCO)	117,14	R\$26.356,50
246	UN	225	VASO SANITÁRIO C/ CAIXA ACOPLADA C/ DUPLO ACIONAMENTO	312,33	R\$70.274,25
247	GL	670	VEDACITE 3.600 LT	48,17	R\$32.273,90
248	GL	670	VEDALITE 3.600 LT	44,83	R\$30.036,10
249	GL	590	VERNIZ COPAL 3.600	83,33	R\$49.164,70
250	GL	590	VERNIZ MOGNO 3.600 LT	93,33	R\$55.064,70
251	UN	230	VITRO BASCULANTE 0,50 X 0,50	88,50	R\$20.355,00
252	UN	230	VITRO BASCULANTE 0,60 X 0,40	78,50	R\$18.055,00

5.2. O custo estimado total da presente contratação é de **R\$ 7.334.143,51 (sete milhões, trezentos e trinta e quatro mil, cento e quarenta e três reais e cinquenta e um centavos);**

5.2. O custo estimado dos itens fora levantado segundo as tabelas oficiais da AGETOP: 12/2018 DESONERADA, SINAPI: 12/2018 DESONERADA e de preços de mercado/orçamentos recebidos de empresas especializadas.

6. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. Os itens serão recebidos definitivamente após a verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e da proposta.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada obriga-se a:

7.1.1. Entregar os itens licitados sem custo adicional no local indicado pelo gestor, em até 24 horas após o recebimento das ordens de fornecimento;

7.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com o que dispõe o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, às suas expensas, imediatamente o item de má qualidade e que não atendam o edital;

7.1.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.5. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

7.1.6. Responsabilizar pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. O Contratante obriga-se a:

- 8.1.1. Receber os itens, disponibilizando local, data e horário;
- 8.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- 8.1.3. Emitir as ordens de fornecimento e encaminhá-las ao fornecedor por qualquer meio idôneo, inclusive por meio de e-mail;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 8.1.5. Efetuar o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias após a emissão e entrega da competente nota fiscal.

9. MEDIDAS ACAUTELADORAS

9.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

10. CONTROLE DA EXECUÇÃO

10.1. A fiscalização da contratação será exercida por servidor público designado pela Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Infraestrutura, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração;

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade ou vício de qualidade ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. A fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DA DOTAÇÃO

11.1. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta de dotação orçamentária própria, sob as seguintes rubricas:

Órgãos/Secretaria	Dotações Orçamentárias
Atividade Adm. Sec. Assist. Social	08.244.0010.2.022.3.3.90.30-24
Estradas Vicinais	26.782.0026.2.058.3.3.90.30-24
Vias Urbanas	15.452.0022.2.046.3.3.90.30-24
Atividades Desportivas	27.812.0030.2.065.3.3.90.30-24
Ensino Fundamental	12.361.0017.2..034.3.3.90.30-24
Cemitério Público	15.452.0022.2.044.3.3.90.30-24
Praças e Jardins	15.452.0022.2.046.3.3.90.30-24
Saúde Pública	10.302.0014.2.301.3.3.90.30-24



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

Manutenção de Edifícios Públicos	4.122.0003.2.007.3.3.90.30-24
Administração Geral	4.122.0003.2.005.3.3.90.30-24
Manutenção do Setor de Segurança Pública	6.181.0006.2.015.3.3.90.30-24
Apoio à Habitação Urbana	16.482.0023.2.051.3.3.90.30-24

12. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Pelo descumprimento total ou parcial das condições estabelecidas neste edital, o órgão licitante poderá aplicar à Contratada as seguintes penalidades, além da responsabilização civil e penal cabíveis, sem prejuízo do disposto no art. 49, da Lei Federal nº 8.666/1993:

12.1.1. Advertência, em caso de descumprimento injustificado ou justificado da ata de registro de preços e/ou contrato e não aceito pela Administração;

12.1.2. O descumprimento injustificado da ata de registro de preços e/ou do contrato sujeitará à adjudicatária ainda a multa de mora, no valor de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia sobre o valor total do pedido não entregue ou em desconformidade com a proposta apresentada na licitação, mais 5% (cinco por cento) por dia de atraso, limitado até 30 (trinta) dias, sem prejuízo das demais sanções. A multa será descontada dos pagamentos, ou ainda, se for o caso, cobrada judicialmente;

12.1.3. A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à proponente vencedora ainda as seguintes sanções:

12.1.3.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, pelo descumprimento parcial da ata de registro de preços e/ou do contrato;

12.1.3.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

12.1.3.3. Rescisão do contrato, que poderá ser:

I) Determinada por ato unilateral e escrito do contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, observado o disposto no art. 80 da citada lei, no que couber ao presente instrumento;

II) Consensual, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III) Judicial, nos termos da legislação.

12.1.3.3.1. A rescisão administrativa ou consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

12.1.3.3.2. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da referida lei, no que couber, sem que haja culpa da Contratada, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito ao pagamento devido pela execução do contrato até a data da rescisão.

12.1.4. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra;

12.1.5. Aplicadas as multas, a Administração descontará do primeiro pagamento que fizer à Contratada, após a sua imposição.

Corumbáiba-GO, 05 de dezembro de 2019.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

Keny Gláucio Morais Rosa
Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Infraestrutura
Responsável pela Elaboração do Termo de Referência



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

ANEXO II
PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2019
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº./2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 786/2019

O **MUNICÍPIO DE CORUMBAÍBA, ESTADO DE GOIÁS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 01.302.603/0001-00, com sede administrativa à Rua Simon Bolívar, nº 58, Centro, Corumbáiba-GO, neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, **Dr. WÍSNER ARAÚJO DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, no uso de suas atribuições legais, e considerando o julgamento do PREGÃO PRESENCIAL nº 57/2019, RESOLVE registrar os preços abaixo relacionados, objetivando a futura e eventual aquisição de materiais de construção declarados fracassados no Pregão Presencial nº48/2019, destinados à manutenção dos diversos setores da Prefeitura Municipal, pelo período de 12 (doze) meses., das empresas:, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº., estabelecida à, neste ato representada por, o Senhor, portador do CPF nº. e do RG nº., doravante denominadas FORNECEDORAS, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e em conformidade com as cláusulas a seguir:

DA VINCULAÇÃO À LICITAÇÃO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A presente ata de registro de preços decorre de licitação realizada na modalidade pregão, estando às partes vinculadas ao **edital do pregão presencial nº 57/2019**, cuja execução e especialmente os casos omissos, estão sujeitos às normas do direito privado e as leis federais nº 10.520/2002 e 8.666/1993 e Lei Complementar nº 123/2006, com alterações dadas pela Lei Complementar 147/2014, cujos termos são irrevogáveis, bem como as cláusulas e às condições a seguir pactuadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO – Constitui objeto da presente ata o registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção declarados fracassados no Pregão Presencial nº48/2019, destinados à manutenção dos diversos setores da Prefeitura Municipal, pelo período de 12 (doze) meses, conforme preços e especificações constantes no anexo único desta ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO – Esta ata não obriga o órgão licitante a firmar contratações com as fornecedoras, podendo ocorrer licitações específicas para os itens registrados, observadas a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento aos detentores do registro em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PEDIDO DE FORNECIMENTO – Em caso de necessidade será expedida ordem de fornecimento que será formalizada pelo órgão licitante, conforme disposições contidas no ato convocatório; ou ainda poderá ser firmado contrato, dependendo da quantidade a ser fornecida.

CLÁUSULA QUARTA: DA OBRIGAÇÃO DE FORNECER – O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta ata.

CLÁUSULA QUINTA: DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS – A presente ata **terá validade de 12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada nos termos da lei.

CLÁUSULA SEXTA: DO GERENCIAMENTO – O gerenciamento desta ata, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao servidor público designado pela Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

Infraestrutura para tal fim, competindo-lhe coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas nesta ata e no ato convocatório.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO CONTROLE E ALTERAÇÕES DOS PREÇOS – Os preços registrados poderão ser revistos em face de eventual redução daqueles praticados no mercado ou que de fato eleve o custo dos itens, cujos preços foram registrados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Quando os preços inicialmente registrados, por motivo superveniente, tornarem-se superiores aos preços praticados no mercado, a Administração deverá convocar as fornecedoras a fim de negociar a redução dos preços de forma a adequá-los à média apurada;

PARÁGRAFO SEGUNDO – Quando os preços de mercado tornarem-se superiores aos preços registrados e a empresa apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, a Administração poderá acolher o pedido, sem a aplicação de penalidade, mediante a confirmação da veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que o requerimento seja apresentado antes da expedição da ordem de fornecimento.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.

PARÁGRAFO QUARTO – Serão considerados preços de mercado, os que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Município.

PARÁGRAFO QUINTO – A alteração de preços oriunda de revisão, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será publicada no *placard* e no site da Prefeitura Municipal de Corumbáiba-GO.

CLÁUSULA OITAVA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS – Os preços registrados na presente ata poderão ser cancelados de pleno direito, nas seguintes situações, além de outras previstas no edital e em lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No caso do fornecedor recusar-se a atender à convocação para assinar a ata de registro de preços ou contrato no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

PARÁGRAFO SEGUNDO – Na hipótese do detentor de preços registrados descumprir as condições desta ata ou do contrato;

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na hipótese do detentor de preços registrados recusar-se a firmar contrato com os participantes que aderirem ao registro de preços, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

PARÁGRAFO QUARTO – Na hipótese do detentor de preços registrados não aceitar reduzir os preços registrados quando estes se tornarem superiores aos de mercado;

PARÁGRAFO QUINTO – Nos casos em que o detentor do registro de preços ficar impedido ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

PARÁGRAFO SEXTO – E ainda, por razões de interesse público, devidamente fundamentadas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

PARÁGRAFO SÉTIMO – A comunicação do cancelamento do registro de preços, nos casos previstos nesta cláusula, será feita por correspondência com aviso de recebimento ou por meio eletrônico, juntando-se comprovante nos autos do processo que deu origem ao cancelamento;

PARÁGRAFO OITAVO – No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita mediante publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o registro de preços a partir de 5 (cinco) dias úteis contados da última publicação;

PARÁGRAFO NONO – Fica assegurado o direito à defesa e ao contraditório nos casos de cancelamento de registro de preços de que trata esta cláusula, sendo oferecido o prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da ciência do cancelamento, para interposição do recurso;

PARÁGRAFO DÉCIMO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com base nas previsões objetivas previstas neste instrumento ou por motivo de força maior; o fornecedor estará sujeito à aplicação das penalidades previstas, na hipótese do não acolhimento do pedido;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Caso se abstenha da prerrogativa de cancelar a ata, o Município poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição infringida;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – O cancelamento do preço registrado implica na cessação de todas as atividades do fornecedor relativas ao respectivo registro;

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO LICITANTE – O órgão licitante assume as seguintes obrigações:

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Receber os itens, disponibilizando local, data e horário;

PARÁGRAFO SEGUNDO – Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

PARÁGRAFO TERCEIRO – Emitir as ordens de fornecimento e encaminhá-las ao fornecedor por qualquer meio idôneo, inclusive por meio de e-mail;

PARÁGRAFO QUARTO – Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através da Secretária Municipal de Saúde ou por servidor especialmente por ela designado;

PARÁGRAFO QUINTO – Efetuar o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias após a emissão e entrega da competente nota fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS – As fornecedoras assumem as seguintes obrigações:

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Entregar os itens licitados sem custo adicional no local indicado pelo gestor, em até 24 horas após o recebimento das ordens de fornecimento/requisições;

PARÁGRAFO SEGUNDO – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com o que dispõe o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

PARÁGRAFO TERCEIRO – O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, às suas expensas, imediatamente o item de má qualidade e que não atendam o edital;

PARÁGRAFO QUARTO – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

PARÁGRAFO QUINTO – Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

PARÁGRAFO SEXTO – Responsabilizar pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO – Pelo descumprimento total ou parcial das condições estabelecidas neste edital, o órgão licitante poderá aplicar à Contratada as seguintes penalidades, além da responsabilização civil e penal cabíveis, sem prejuízo do disposto no art. 49, da Lei Federal nº 8.666/1993:

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Advertência, em caso de descumprimento injustificado ou justificado da ata de registro de preços e/ou contrato e não aceito pela Administração;

PARÁGRAFO SEGUNDO – O descumprimento injustificado da ata de registro de preços e/ou do contrato sujeitará à adjudicatária ainda a multa de mora, no valor de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia sobre o valor total do pedido não entregue ou em desconformidade com a proposta apresentada na licitação, mais 5% (cinco por cento) por dia de atraso, limitado até 30 (trinta) dias, sem prejuízo das demais sanções. A multa será descontada dos pagamentos, ou ainda, se for o caso, cobrada judicialmente;

PARÁGRAFO TERCEIRO – A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à proponente vencedora ainda as seguintes sanções:

PARÁGRAFO QUARTO – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, pelo descumprimento parcial da ata de registro de preços e/ou do contrato;

PARÁGRAFO QUINTO – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

PARÁGRAFO SEXTO – Rescisão do contrato, que poderá ser:

- I) Determinada por ato unilateral e escrito do contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, observado o disposto no art. 80 da citada lei, no que couber ao presente instrumento;
- II) Consensual, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- III) Judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A rescisão administrativa ou consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

PARÁGRAFO OITAVO – Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da referida lei, no que couber, sem que haja culpa da Contratada, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito ao pagamento devido pela execução do contrato até a data da rescisão.

PARÁGRAFO NONO – As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

PARÁGRAFO DÉCIMO – Aplicadas as multas, a Administração descontará do primeiro pagamento que fizer à Contratada, após a sua imposição.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA ESTIMATIVA DOS PREÇOS REGISTRADOS – Os preços registrados são os preços unitários ofertados na respectiva proposta das fornecedoras.

PARÁGRAFO ÚNICO – Fica estimado o valor de até R\$ (.....)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – O extrato da presente ata será publicado no *placard* e no site da Prefeitura Municipal de Corumbáiba-GO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO – É competente o foro da comarca de Corumbáiba-GO para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento e do respectivo processo licitatório.

E por estarem de acordo com as disposições contidas nesta ata, assinam as partes o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Corumbáiba-GO, de de 2019.

Município de Corumbáiba-GO
Wísner Araújo de Almeida – Prefeito

Keny Gláucio Morais Rosa
Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Infraestrutura

Irineu Ferreira Borges Júnior
Secretário Municipal de Transporte e Ação Urbana

Marcos Divino Peixoto
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto

Lara Rodrigues Teixeira de Araújo
Secretária Municipal de Assistência Social



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

Mariana dos Santos Rezende
Secretária Municipal de Saúde

Licitantes Registrados:

Adjudicatária
Representante da adjudicatária

Testemunhas:

Assinatura

Nome _____

CPF _____

Assinatura

Nome _____

CPF _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

ANEXO II
PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 786/2019
ANEXO ÚNICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº..../2019

Este documento é parte integrante da ata de registro de preços nº./2019, celebrada entre o Município de Corumbáiba-GO e as empresas:, cujos preços estão a seguir registrados, por item, em face da realização do Pregão Presencial nº 57/2019.

Itens	Descrição	Und	Fornecedor	Marca	Quantidade	Valor unitário	Valor total



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

ANEXO III
PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2019
MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº _____/2019

AS PARTES ABAIXO IDENTIFICADAS TÊM, ENTRE SI, JUSTAS E ACERTADO OS TERMOS DO CONTRATO DE FORNECIMENTO, QUE SE REGERÁ PELAS NORMAS E PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO, PELO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2019, PELAS LEIS FEDERAIS Nº. 10.520/2002 E 8.666/1993 E PELAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:

DAS PARTES

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CORUMBAÍBA, ESTADO DE GOIÁS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 01.302.603/0001-00, com sede administrativa à Rua Simon Bolívar, nº. 58, Centro, Corumbáiba-GO, neste ato representada pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. WÍSNER ARAÚJO DE ALMEIDA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE;

CONTRATADA:, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede à, representada pelo Sr., portador da Cédula de Identidade nº, inscrito no CPF nº, doravante denominado **CONTRATADO**.

DA VINCULAÇÃO À LICITAÇÃO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato decorre de licitação realizada na modalidade pregão, estando às partes vinculadas ao **edital do pregão presencial nº 57/2019**, cuja execução, e especialmente os casos omissos, estão sujeitos às normas do direito privado e as leis federais nº. 10.520/2002 e 8.666/1993, cujos termos são irrevogáveis, bem como, as cláusulas e às condições a seguir pactuadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. A Contratada compromete-se a fornecer para o Contratante os seguintes materiais de construção:

Unidade	Quant.	Especificações	Marca	Preço unitário	Preço total

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO

2.1. Pelo fornecimento compreendido na cláusula anterior o Contratante pagará à Contratada o valor de R\$ (.....), o que perfaz um valor global de R\$ (.....).

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da emissão e entrega da nota fiscal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

CLÁUSULA QUARTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta de dotação orçamentária própria, sob as seguintes rubricas:

Órgãos/Secretaria	Dotações Orçamentárias
Atividade Adm. Sec. Assist. Social	08.244.0010.2.022.3.3.90.30-24
Estradas Vicinais	26.782.0026.2.058.3.3.90.30-24
Vias Urbanas	15.452.0022.2.046.3.3.90.30-24
Atividades Desportivas	27.812.0030.2.065.3.3.90.30-24
Ensino Fundamental	12.361.0017.2..034.3.3.90.30-24
Cemitério Público	15.452.0022.2.044.3.3.90.30-24
Praças e Jardins	15.452.0022.2.046.3.3.90.30-24
Saúde Pública	10.302.0014.2.301.3.3.90.30-24
Manutenção de Edifícios Públicos	4.122.0003.2.007.3.3.90.30-24
Administração Geral	4.122.0003.2.005.3.3.90.30-24
Manutenção do Setor de Segurança Pública	6.181.0006.2.015.3.3.90.30-24
Apoio à Habitação Urbana	16.482.0023.2.051.3.3.90.30-24

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1. O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até, vencendo antecipadamente em caso de exaurimento da quantidade contratada.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 6.1. Receber os itens, disponibilizando local, data e horário;
- 6.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- 6.3. Emitir as ordens de fornecimento e encaminhá-las ao fornecedor por qualquer meio idôneo, inclusive por meio de e-mail;
- 6.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 6.5. Efetuar o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias após a emissão e entrega da competente nota fiscal.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. Entregar os itens licitados sem custo adicional no local indicado pelo gestor, em até 24 horas após o recebimento das ordens de fornecimento/requisições;
- 7.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com o que dispõe o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.3. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, às suas expensas, imediatamente o item de má qualidade e que não atendam o edital;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

7.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.5. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

7.6. Responsabilizar pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas aqui avençadas e observados os termos do edital, da ata de registro de preços e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial, na forma do edital e da Lei 8.666/1993;

8.2. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor designado para tal fim pela Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Infraestrutura;

8.3. A existência e atuação da fiscalização pelo Contratante em nada restringe a responsabilidade integral e exclusiva da Contratada, no que concerne à execução do objeto ora contratado.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1. A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão pela Administração, pelos motivos e na forma e consequência prevista nos art. 7º, da Lei 10.520/02 e arts. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93, aplicando as sanções previstas nos arts. 86 a 88 da referida lei, no que couber, e os demais diplomas legais aplicáveis.

9.2. A rescisão do contrato poderá ser:

I) Determinada por ato unilateral e escrito do contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, observado o disposto no art. 80 da citada lei, no que couber ao presente instrumento;

II) Consensual, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III) Judicial, nos termos da legislação.

9.3. A rescisão administrativa ou consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

9.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da referida lei, no que couber, sem que haja culpa da Contratada, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito ao pagamento devido pela execução do contrato até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1. Pelo descumprimento total ou parcial das condições estabelecidas neste edital, o órgão licitante poderá aplicar à Contratada as seguintes penalidades, além da responsabilização civil e penal cabíveis, sem prejuízo do disposto no art. 49, da Lei Federal nº 8.666/1993:

10.1.1. Advertência, em caso de descumprimento injustificado ou justificado da ata de registro de preços e/ou contrato e não aceito pela Administração;

10.1.2. O descumprimento injustificado da ata de registro de preços e/ou do contrato sujeitará à adjudicatária ainda a multa de mora, no valor de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia sobre o valor total do pedido não entregue ou em desconformidade com a proposta apresentada na licitação, mais 5% (cinco por cento) por dia



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

de atraso, limitado até 30 (trinta) dias, sem prejuízo das demais sanções. A multa será descontada dos pagamentos, ou ainda, se for o caso, cobrada judicialmente;

10.1.3. A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à proponente vencedora ainda as seguintes sanções:

10.1.3.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, pelo descumprimento parcial da ata de registro de preços e/ou do contrato;

10.1.3.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

10.1.3.3. Rescisão do contrato, que poderá ser:

I) Determinada por ato unilateral e escrito do contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, observado o disposto no art. 80 da citada lei, no que couber ao presente instrumento;

II) Consensual, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III) Judicial, nos termos da legislação.

10.1.3.3.1. A rescisão administrativa ou consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

10.1.3.3.2. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da referida lei, no que couber, sem que haja culpa da Contratada, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito ao pagamento devido pela execução do contrato até a data da rescisão.

10.1.4. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra;

10.1.5. Aplicadas as multas, a Administração descontará do primeiro pagamento que fizer à Contratada, após a sua imposição.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. Fica eleito o **Foro da Cidade de Corumbáiba - GO**, para ação que resulte ou possa resultar do disposto neste contrato, dispensando-se quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo firmadas.

Corumbáiba - GO, ____ de _____ de 2019.

Município de Corumbáiba-GO
Wisner Araújo de Almeida – Prefeito
Contratante

Adjudicatária
Representante legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

Contratada

Testemunhas:

Assinatura

Nome _____

CPF _____

Assinatura

Nome _____

CPF _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

ANEXO IV
PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2019
Modelo de Carta de Credenciamento e Declaração que cumpre os requisitos de habilitação

Pelo presente instrumento, credenciamos o representante abaixo identificado para participar do pregão presencial em referência, instaurado pelo Município de Corumbáiba-GO, na qualidade de representante legal, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em seu nome, bem como formular lances verbais à proposta escrita apresentada, quando convocado, manifestar-se em nome da empresa, assinar documentos, requerer vista de documentos e propostas, interpor recurso e praticar os atos inerentes ao certame, a que tudo daremos por firme e valioso.

CNPJ da licitante
Razão social da licitante
CPF do Credenciado
Nome do Credenciado
Cargo/Função	() sócio () procurador

A empresa acima identificada, DECLARA expressamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do pregão presencial em referência a teor do inciso VII do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/02.

Local e data

Nome da licitante, assinatura e CNPJ

Obs: este documento deverá ser entregue FORA dos envelopes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

ANEXO V
PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2019
MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____,
_____, por intermédio de seu representante legal ou credenciado, Sr(a)
_____, portador do Documento de Identidade nº _____
_____ e inscrito no CPF sob o nº _____

DECLARA, **sob as penas da Lei, em cumprimento ao disposto no do art. 7º, XXXIII, da Constituição da República**, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (). *(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)*

Local e data

Nome da licitante, assinatura e CNPJ

Obs: este documento deverá ser entregue DENTRO DO ENVELOPE 2.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAÍBA
Estado de Goiás

ANEXO VI
PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2019
MODELO DE PROPOSTA ESCRITA DE PREÇOS

À

Prefeitura Municipal de Corumbáiba-GO.

CNPJ da licitante
Razão social da licitante
Endereço da licitante
Fone
Endereço eletrônico
Dados do representante para assinatura da ata de registro de preços:	
Nome
CPF
RG/órgão expedidor
Profissão
Estado civil
Cargo/função	() sócio () procurador () preposto
Dados bancários para pagamento	
Banco
Agência
Conta
Proposta de preços	
Preencher a planilha eletrônica disponibilizada no site www.corumbaiba.go.gov.br e após imprimir e anexar a esta	

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias

Local e data

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal

Obs: este documento deverá ser entregue DENTRO DO ENVELOPE 1.